

## PODER

Rede garante que apresentará representante legal no país e vai tirar bolsonaristas do ar. Burla à proibição de acesso rende multa de R\$ 5 milhões/dia, que será cobrada da Starlink

# Preposto e suspensão de conta indicam recuo do X

» JULIA PORTELA

A promessa ao Supremo Tribunal Federal de que o X voltará a ter representante legal no Brasil e a garantia de que suspenderá perfis bolsonaristas que atacam as instituições democráticas indicam uma mudança de postura na rede social controlada pelo bilionário Elon Musk. A avaliação é feita nos bastidores do STF, sobretudo depois do efeito político contrário causado pela burla à proibição, determinada pela Corte, de acesso ao X no país. Sobretudo porque a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) foi enfática ao apontar que “a conduta da rede X demonstra intenção deliberada de descumprir a ordem do STF”.

Esse drible à determinação do Supremo rendeu uma multa diária de R\$ 5 milhões ao X e à Starlink — empresa de tecnologia de internet por satélite pertencente ao grupo de Musk —, conforme decisão do ministro Alexandre de Moraes. A justificativa dada pela rede social ao STF foi de que o acesso tratou-se de uma “falha técnica”, uma “consequência inesperada” e “não intencional” — segundo petição protocolada no gabinete de Moraes por advogados que se apresentaram como constituídos por Musk. Eles salientaram que

### » Manobra é descoberta e esmiuçada

De acordo com a Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações, o acesso ao X no Brasil se deu por conta do uso de um “IP dinâmico” como burla para mudar o registro dos servidores da rede social. Isso fez com que a plataforma passasse a usar endereços de IP (Protocolo de Internet) vinculados a servidores da Cloudflare, para permitir o acesso e dificultar uma nova suspensão. A mudança do registro teria ocorrido na noite anterior à abertura ao acesso, na quarta-feira. A entrada no X pôde ser feita, inclusive, por meio redes de wi-fi do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto.

não houve “qualquer intenção” em contornar a decisão.

“O X Brasil reitera que a situação exposta não decorre de qualquer intenção de burlar a ordem de suspensão estabelecida por essa Egrégia Suprema Corte, mas de falha técnica decorrente da necessidade de alteração da infraestrutura da rede utilizada para a disponibilização do acesso à plataforma X aos usuários dos demais países da América do Sul”, sustenta a empresa. A argumentação, porém, não convenceu o ministro.

“Não há, portanto, dúvidas de que a plataforma X, sob o comando direto de Elon Musk, novamente, pretende desrespeitar o Poder Judiciário brasileiro, pois a Anatel identificou a estratégia utilizada para desobedecer à ordem judicial proferida nos autos, inclusive com a sugestão das providências a serem adotadas para a manutenção

da suspensão”, observou Moraes.

A rede também assegurou ao STF que iniciou o processo de retirada do ar de perfis de bolsonaristas que, permanentemente, atacam as decisões da Corte e pregam insurgência ao Estado Democrático de Direito. Entre elas, estão as do blogueiro Osvaldo Eustáquio e a do senador Marcos do Val (Podemos-ES), que podem ser acessadas de provedores de fora do país.

### Indicação

Além da multa de R\$ 5 milhões por dia, Moraes determinou que o X comprove que nomeou dois defensores como seus prepostos. A decisão veio depois de a plataforma informar, na quarta-feira, que escolheu os advogados André Zonaro Giacchetta e Sérgio Rosenthal para atuarem como representantes legais da empresa no Brasil. Em

nota, o escritório Pinheiro Neto — que também defende o ex-presidente Jair Bolsonaro nos inquéritos em que está arrolado no Supremo — afirmou que “foi contratado pelo X para representar a empresa nos processos perante o STF”.

Moraes, no entanto, avaliou que a petição da rede social “não veio acompanhada de documentos comprobatórios da nova representação”. Além disso, pontuou que não há “nenhuma comprovação do retorno das atividades” da rede social ao Brasil. A empresa encerrou os serviços em 30 de agosto por se recusar a indicar um preposto que possa responder judicialmente pelos descumprimento de decisões.

O ministro deu 24 horas para que os dois advogados comprovem “a regularidade e validade da representação legal da empresa”. “Diante do exposto, determino a intimação dos advogados que subscrevem a petição para que comprovem, no prazo de 24 horas, a regularidade e validade da representação legal da empresa X Brasil Internet Ltda., com comprovação documental da respectiva Junta Comercial da regular constituição da empresa, com indicação de seu representante, com amplos poderes, inclusive de nomeação de advogados”, frisa Moraes na decisão.

Gustavo Moreno/SCO/STF.



**O X Brasil reitera que a situação exposta não decorre de qualquer intenção de burlar a ordem de suspensão estabelecida por essa Egrégia Suprema Corte, mas de falha técnica decorrente da necessidade de alteração da infraestrutura da rede utilizada para a disponibilização do acesso à plataforma X aos usuários dos demais países da América do Sul”**

Justificativa do X a Alexandre de Moraes

**“Não há, portanto, dúvidas de que a plataforma X, sob o comando direto de Elon Musk, novamente, pretende desrespeitar o Poder Judiciário brasileiro, pois a Anatel identificou a estratégia utilizada para desobedecer à ordem judicial proferida nos autos, inclusive com a sugestão das providências a serem adotadas para a manutenção da suspensão”**

Trecho da decisão do ministro que multou a rede social

## PF identifica quem ignora proibição

A Polícia Federal (PF) começou, ontem, a identificar e investigar todas as pessoas que vêm acessando o X no Brasil, burlando a proibição imposta pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). A apuração abrangerá até mesmo aqueles que voltaram à rede social pelas poucas horas que ficou ativa, na quarta-feira — entre elas, se inclui o ex-presidente Jair Bolsonaro. A identificação dos usuários de acessos irregulares foi pedida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e autorizada pelo magistrado, na última segunda-feira.

Na data do bloqueio, Moraes fixou uma multa de R\$ 50 mil

para quem tentasse acessar o X por outros meios, como com o uso de VPN, que mascara a localização do internauta. A plataforma foi suspensa depois que a rede se recusou a indicar um representante legal no Brasil.

A sanção chegou a ser questionada quando a Primeira Turma do STF chancelou a medida. O ministro Luiz Fux, por exemplo, indicou que a multa não pode atingir pessoas e empresas “indiscriminadas e que não tinham participado do processo, salvo se utilizarem a plataforma para fraudar a decisão, com manifestações vedadas pela ordem constitucional, como expressões com racismo, fascismo,

neonazismo, obstrutoras de investigações criminais ou de incitação aos crimes em geral”.

As decisões de Moraes foram tomadas no âmbito de dois inquéritos conduzidos por ele mesmo contra a propagação de desinformação nas redes sociais: o das fake news e o das milícias digitais. Influenciadores, empresários e políticos bolsonaristas tiveram perfis em outras plataformas bloqueados por decisões relativas a essas apurações. Os alvos das investigações ainda não se pronunciaram sobre a suspensão.

Em maio de 2020, Moraes determinou a imobilização das contas de apoiadores de Bolsonaro no então Twitter (hoje X), no

Facebook e no Instagram. No mesmo despacho, proferido no âmbito do inquérito das fake news, estavam ordens de buscas e apreensões cumpridas em operação da PF em endereços ligados aos aliados do governo.

Em julho de 2020, as plataformas chegaram a suspender as contas de 16 nomes ligados ao bolsonarismo — entre os quais os influenciadores Allan dos Santos, Bernardo Kuster e Sara Winter, além dos empresários Luciano Hang e Edgard Corona. Políticos como Roberto Jefferson e Daniel Silveira, ex-deputados federais, também foram alvos de restrições. **(JP com Agência Estado)**

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## Polarização naufraga no Triângulo das Bermudas

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) se manteve na liderança da disputa eleitoral em São Paulo (9,32 milhões de eleitores), com 27% de intenções de votos, em empate técnico com Guilherme Boulos (PSol). Pablo Marçal (PRTB) permanece na terceira posição, mas fora do empate técnico, com 19%, segundo pesquisa Datafolha divulgada ontem. No Rio de Janeiro (5,09 milhões), o prefeito Eduardo Paes (PSD) manteve-se na liderança absoluta, com 59% de intenções de votos, enquanto Alexandre Ramagem (PL) está com 17%.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-presidente Jair Bolsonaro emitiram sinais trocados em suas principais bases eleitorais. O primeiro, aposta num candidato de esquerda em São Paulo, Boulos, e num de centro no Rio, o prefeito Eduardo Paes. O segundo, num candidato de extrema direita no Rio, Ramagem, e um candidato de centro em São Paulo — Nunes.

Em Belo Horizonte (1,99 milhões), o deputado estadual e apresentador de tevê Mauro Tramonte (Republicanos) continua na liderança, com 28%, enquanto o prefeito Fuad Noman (PSD), candidato à reeleição, e o deputado estadual Bruno Engler (PL), apoiado por Bolsonaro, estão com 18% de intenções de votos. Nas três capitais do chamado Triângulo das Bermudas — São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais —, considerando-se a pesquisa do Datafolha, a polarização entre petistas e bolsonaristas está sendo mitigada pelas alianças e o comportamento dos eleitores. Ou seja, naufraga.

Se consideramos a situação de Salvador (1,96 milhões de eleitores), o fenômeno se repete. Candidato a reeleição, o prefeito Bruno Reis (União Brasil) está com 55% das intenções de voto, enquanto o vice-governador da Bahia, Geraldo Júnior (MDB), tem 22%, na pesquisa Real Time Big Data, divulgada na semana passada. Como Eduardo Paes, pode vencer no primeiro turno.

Entretanto, no quinto colégio eleitoral do país, Fortaleza (1,76 milhões), a disputa está acirrada entre os candidatos André Fernandes (PL) e Evandro Leitão (PT), empatados com 23% das intenções de voto. É a capital mais importante onde a polarização existe. Pela margem de erro — de três pontos percentuais, para mais ou para menos —, também há empate técnico com o candidato Capitão Wagner (União Brasil), que contabiliza 20%, segundo pesquisa Real Time Big Data/Record, divulgada na quarta-feira.

Em 13 capitais, a 16 dias do pleito, a disputa pelas prefeituras pode se encerrar no primeiro turno. Além do Rio de Janeiro, com a eleição de Paes, e de Salvador, com Reis, estão nessa situação Boa Vista, com Arthur Henrique (MDB); Florianópolis, com Topázio Neto (PSD); João Pessoa, com Cícero Lucena (PP); Macapá, com Dr. Furlan (MDB); Maceió, com JHC (PL); Palmas, com Janad Valcari (PL); Porto Velho, com Mariana Carvalho (União Brasil); Recife, com João Campos (PSB); São Luís, com Eduardo Braide (PSD); Teresina, com Sílvio Mendes (União Brasil); e Vitória, com Lorenzo Pazzolini (Republicanos).

### Reta final

Esse cenário pode sofrer alterações, principalmente nas grandes cidades. O peso das redes sociais nas eleições está sendo mitigado pelos efeitos das políticas de aliança, das estruturas administrativas e pela propaganda gratuita de rádio e tevê, que mudou de formato, com inserções muito semelhantes aos comerciais. Entretanto, na reta final, depois da aterrissagem dos candidatos — alguns ficaram perdidos no espaço depois que a pré-campanha acabou —, a disputa deixa de ser uma “guerra de posições” na sociedade civil para se tornar uma “guerra de movimento”, com a entrada em cena da grande massa de eleitores. É quando a eleição passa a ser o assunto das conversas de família, do ônibus ou da fila do caixa de supermercado.

Muitas pesquisas capturaram os efeitos da exposição dos candidatos nas redes e na mídia tradicional. No caso de São Paulo, mostram que a maior exposição no rádio e na tevê beneficiou Ricardo Nunes, que conta com 65% do tempo nos meios. Guilherme Boulos, porém, tem grande resiliência e pode se beneficiar dessa transição de “posições” para “movimento”, por causa da militância de esquerda.

Pablo Marçal, com frágil estrutura partidária e baixíssima exposição nos meios de comunicação tradicionais, teve um crescimento meteórico ao chegar “causando” nas redes sociais. Parecia ser o candidato do “movimento”. Mas seu estilo “lacrador” virou um feitiço contra o feitiço, ao transpôr para um debate ao vivo na tevê sua linguagem agressiva do mundo virtual, o que acabou resultando na cadeirada que levou do apresentador José Luiz Datena (PSDB), que faturou o episódio ocorrido nos estúdios da TV Cultura.

A maioria dos prefeitos com bons níveis de aprovação e baixa rejeição, como os que podem se eleger no primeiro turno, deixou de lado a retórica da polarização. Prefere disputar os votos de eleitores de Lula e de Bolsonaro, simultaneamente. Nessas eleições, os prefeitos de 26 capitais do Brasil têm uma média de aprovação de 60%, segundo o Ipsos Public. Destaque para o de Macapá, Dr. Furlan, com 86% dos votos.